

Devedores do BNDES são contra o benefício

Da Reportagem Local

A Associação dos Tomadores de Empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), entidade que reúne 140 empresas que tomaram empréstimos desse banco na época do Plano Cruzado, manifestou-se ontem contrária à emenda do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PB), que anistia as dívidas bancárias de pequenos e microempresários e agricultores.

Em entrevista coletiva à imprensa, o vice-presidente da associação, Sérgio de Medeiros, disse que a entidade mantém a posição de pagamento proporcional (pró-rata) de suas dívidas, apesar de o BNDES não abrir mão de cobrá-las com a correção integral aplicada no fim do Plano Cruzado.

Medeiros exemplificou com seu próprio caso. A empresa que ele dirige, Kolla Adesivos Hot Melt, tomou um empréstimo de Cz\$ 425 mil, dentro do Promico (Programa de Apoio à Microempresa) do BNDES, através do Badesp (Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo). Os recursos foram liberados em 19 de fevereiro de 1987. Dez dias depois, terminada a vigência oficial do Plano Cruzado, a correção monetária de 70,7%, aplicada de uma vez, elevou sua dívida para Cz\$ 725 mil. Agora, o empresário está entrando na Justiça com uma ação de repetição do indébito para que o banco lhe devolva o que, a seu ver, está sendo cobrado em excesso.

Pelos cálculos da associação, existem 25 mil empresas em situação semelhante. Quatro entraram na Justiça e conseguiram, em primeira instância, o direito ao pagamento proporcional: Daimaru Palace Hotel (Curitiba), Olicar (Campinas, SP), Filmoplast e Fazenda Caiuá Agropecuária (ambas com sede em SP).

Segundo o secretário da entidade, Marcelo Rozemberg, as 140 empresas associadas tomaram empréstimos de 5 milhões de OTNs (Cz\$ 6,7 bilhões em valores atuais), estando todas adimplentes.

O presidente do BNDES, Marcio Fortes, afirmou que o banco não pode deixar de aplicar a correção plena em vista de suas dívidas para com o Pis-Pasep —de onde provêm seus recursos— também terem sido corrigidas na mesma proporção, no fim do Plano Cruzado. “O problema é que o trabalhador beneficiário do Pis-Pasep não teve naquela época um reajuste de 70,7%”, comentou Rozemberg.

Medeiros informou que o problema já foi levado aos ex-ministros da Fazenda Dilson Funaro e Bresser Pereira, em suas respectivas gestões, nada resultando de concreto. Quanto ao fato de a entidade não ter nos últimos cinco meses feito nenhuma gestão oficial junto ao atual ministro Mailson da Nóbrega, Rozemberg disse que o mesmo já está a par do assunto desde que foi secretário-geral do Ministério da Fazenda. Segundo Medeiros, o interlocutor da associação com o governo e presidente do Cebrae (Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa), Paulo Lustosa, informou-o no fim do ano passado que apenas um forte lobby sensibilizaria o governo federal.

Em articulação desde julho do ano passado, a entidade foi oficialmente fundada em outubro com 30 associados. Seu presidente é o industrial Wagner Pessi, que tem uma pequena empresa no ABC (região sudeste da Grande São Paulo). De acordo com Rozemberg, qualquer empresa pode se associar, desde que seja devedora do BNDES e tenha créditos liberados durante a vigência do Plano Cruzado.

Governo refaz cálculos da anistia

Da Sucursal de Brasília

O Ministério da Fazenda e o Banco Central vão refazer os cálculos referentes ao impacto da anistia das dívidas bancárias dos micro e pequenos empresários sobre as instituições financeiras. O valor a ser anistiado —que se refere somente à correção monetária— deverá ser “substancialmente menor” que os US\$ 10 bilhões calculados pela equipe econômica. A informação foi dada ontem pelo deputado Humberto Souto (PFL-MG) —um dos autores das três emendas constitucionais que prevêem a anistia—, depois de se reunir com o secretário especial de assuntos econômicos da Fazenda, João Batista de Camargo, e o diretor da área bancária do BC, Wadico Bucchi.

A reunião contou ainda com a participação do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PB) e do deputado Ziza Camargo (sem partido-MG), também autores de emendas. A necessidade de se refazer os cálculos, segundo Humberto Souto, foi constatada após a apresentação dos termos da fusão das emendas: 1) cancela a correção monetária das dívidas; 2) não perdoa o principal nem os juros pactuados no contrato



O senador Mansueto de Lavor



O deputado Humberto Souto

Governo fará tudo para evitar anistia, diz secretário do PR

Da Reportagem Local

O secretário do Abastecimento e da Agricultura do Estado do Paraná, Osmar Fernandes Dias, disse ontem que “o governo tentará de tudo para impedir a anistia da correção monetária dos empréstimos contraídos na época do Plano Cruzado”. Dias afirmou que obteve essa informação em ligação telefônica na manhã de ontem ao diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, Sebastião Rodrigues, que teria lhe dito que “o governo jamais permitirá que se quebre o sistema financeiro nacional”.

O secretário paranaense veio a São Paulo para participar de uma reunião de aproximadamente 120 avicultores e representantes de associações estaduais de avicultura, promovida pela Associação Paulista de Avicultura (APA). Mesmo depois da exposição de Dias, os presentes decidiram levar adiante uma decisão tomada em 1º de junho, em Curitiba, no Paraná. Naquela ocasião, ficou acertado que os produtores rurais —através das procuradorias estaduais— encaminhariam petições à Procuradoria Geral da República questionando a constitucionalidade da cobrança de correção monetária em empréstimos feitos ao setor agropecuário. As petições serão baseadas em parecer do advogado Antonio Ferreira Alvares da Silva. O advogado argumenta que a correção

monetária foi instituída através da resolução 720, de 22 de dezembro de 1981, do Conselho Monetário Nacional, que não pode exercer a função legislativa.

Também presente à reunião da APA, o advogado Ives Gandra da Silva Martins disse que era contra as emendas que tramitam no Congresso constituinte, e que pedem a isenção da correção monetária sem distinção. “Nem todos tiveram prejuízo na época do Cruzado. O ideal seria definir quem teve problemas de fato”. Ives Gandra defendeu que os produtores rurais entrem na Justiça separadamente para que seja aplicada a teoria da imprevisão. Por essa teoria, explicou, todo contrato tem que ser respeitado, mas se houver causas imprevisíveis, como o Plano Cruzado, que impeçam a execução do que foi acordado, o Poder Judiciário deve rever os termos para restabelecer o equilíbrio entre as partes.

O presidente da União Brasileira de Avicultura, Flavio Brandalise, afirmou ao final da reunião, às 19h45, que “não se está pedindo o fim da correção, mas sim que ela tenha o peso que tinha na época em que o empréstimo foi contraído”. Uma das possibilidades apresentadas pelos avicultores presentes é a de uma correção monetária proporcional ao preço do produto.

de empréstimo; 3) abrange todo o território nacional; 4) atinge micro e pequenos empresários urbanos e pequenos e médios produtores rurais; 5) refere-se aos débitos bancários de empréstimos durante o Plano

Banco Real pode perdoar juros de produtores rurais de Piraju

Do correspondente em Bauru

A agência do Banco Real em Piraju (330 km a oeste de São Paulo) pode anistiar o pagamento de juros e correção monetária dos empréstimos feitos durante o Plano Cruzado, a cerca de 150 devedores da região, que tomaram em conjunto aproximadamente Cz\$ 400 milhões. O montante das dívidas de agricultores e empresários, somando-se os juros e correção monetária, está hoje na ordem de Cz\$ 5 bilhões. Segundo o dirigente da União Democrática Ruralista (UDR), Geraldo Alves Martins, 29, este montante deve cair novamente para Cz\$ 400 milhões, conforme o acordo feito no último dia 30 entre UDR, sindicato rural e agência do banco na cidade.

No acordo que Martins garante estar acertado, fica estabelecida a condição de que os empréstimos sejam pagos até o próximo dia 25. Disse que 29% dos devedores terão

Cruzado; e 6) prevê a liquidação das dívidas até 180 dias após a entrada em vigor da Constituição.

Os cálculos da equipe econômica haviam levado em conta os termos originais das emendas, incluindo os débitos de empresas médias e prevendo o cancelamento total das dívidas (inclusive o principal e os juros), segundo apurou a Folha. O governo pretende diminuir o valor a ser anistiado incluindo um item na fusão das emendas, que limita a anistia àqueles que comprovarem a aplicação de seus créditos nos objetivos previstos no contrato de empréstimo. Os novos cálculos devem ser apresentados aos parlamentares a próxima sexta-feira.

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique Santos, disse ontem que o governo está tentando encontrar um solução “suportável” para as propostas de anistia. O presidente José Sarney encarregou os ministros Mailson da Nóbrega (Fazenda) e João Batista de Abreu (Planejamento) de estudarem um texto viável.

condições de “acertar seus débitos nesse prazo”. No Fórum de Piraju, segundo o dirigente da UDR, há em torno de 1.500 execuções judiciais impetradas por vários bancos para a cobrança de empréstimos feitos durante o Plano Cruzado.

O gerente da agência do Banco Real na cidade, José Roberto Garramoni, disse que o acordo “está praticamente realizado”, mas não quis divulgar o valor total das dívidas e em quanto os devedores serão anistiados. Ele disse que esse era um dos motivos (o cálculo do valor total), que impedia a comunicação oficial da anistia aos devedores. Garramoni disse que esta divulgação do acordo aconteceria no prazo de oito dias. Segundo Garramoni, o acordo com a UDR e sindicato rural foi feito pela direção do Banco Real e ainda depende do estabelecimento de alguns termos para a sua execução. O gerente não quis adiantar detalhes do acordo.

OVERNIGHT

COM O MELHOR ATENDIMENTO

Em todas as agências do

BANCO SUDAMERIS BRASIL

Afiliação a:
BANQUE SUÍSE, PARIS
BANCA COMMERCIALE ITALIANA, MILÃO
BANQUE INDOSUEZ, PARIS
DRESNERBANK AG, FRANKFURT
S.P.B. PARIBAS, PARIS
UNIAO DE BANCOS SUÍÇOS, ZURICH